

## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2015

1

| Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2015                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | Emendas da CE                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o ingresso de pessoas com deficiência nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | O CONGRESSO NACIONAL decreta:                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <b>Emenda nº 2 – CE</b><br>Suprima-se o parágrafo único acrescido pelo Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2015, ao art. 8º da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, <b>dando-se ao caput do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2015, a seguinte redação:</b>                                                               |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <b>Art. 1º</b> O art. 3º, o art. 5º, o art. 7º e o <b>art. 8º</b> da <b>Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012</b> , passam a vigorar com a redação que se segue:                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <b>“Art. 1º</b> O art. 3º, o art. 5º e o art. 7º da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, passam a vigorar com a redação que se segue:<br>.....”                                                                                                                                                                                      |
| <b>Art. 3º</b> Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). | <b>“Art. 3º</b> Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, <b>e por pessoas com deficiência, nos termos das alíneas a, b, e c do inciso I do § 1º do art. 5º do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e de pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).</b> | <b>Emenda nº 1 – CE</b><br><b>Substitua-se</b> a expressão “nos termos das alíneas a, b, e c do inciso I do § 1º do art. 5º do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004”, constante dos art. 3º e 5º da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, alterados pelo art. 1º do Projeto, pela expressão <b>“nos termos da legislação”</b> . |
| .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | .....” (NR)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| <b>Art. 5º</b> Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e                                                                                                                                                       | <b>“Art. 5º</b> Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, <b>e por pessoas com deficiência, nos termos das alíneas a, b e</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |



## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2015

2

| Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012                                                                                                                                                                                                                                                                                       | Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2015                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | Emendas da CE                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).                                                                                                                                                          | c do inciso I do § 1º do art. 5º do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e de pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). |                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | .....” (NR)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| <b>Art. 7º</b> O Poder Executivo promoverá, no prazo de 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, a revisão do programa especial para o acesso de estudantes pretos, pardos e indígenas, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, às instituições de educação superior. | “ <b>Art. 7º</b> No prazo de dez anos a contar da publicação desta Lei, será promovida a revisão do programa especial para o acesso de estudantes pretos, pardos, indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, às instituições de educação superior.”(NR)                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| <b>Art. 8º</b> As instituições de que trata o art. 1º desta Lei deverão implementar, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da reserva de vagas prevista nesta Lei, a cada ano, e terão o prazo máximo de 4 (quatro) anos, a partir da data de sua publicação, para o cumprimento integral do disposto nesta Lei.          | “ <b>Art. 8º</b> .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <b>Parágrafo único.</b> No que respeita às pessoas com deficiência, as disposições do <i>caput</i> deste artigo passam a vigor a partir do ano seguinte ao da entrada em vigor deste parágrafo.”(NR)                                                                                                                                                                      | <b>Emenda nº 2 – CE</b><br><b>Suprima-se o parágrafo único acrescido pelo Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2015, ao art. 8º da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, dando-se ao <i>caput</i> do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2015, a seguinte redação:</b> |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <b>Art. 2º</b> Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                  |

